

Funai tira 7 mil pessoas da Ilha do Bananal

Fiscais da Funai e agentes da Polícia Federal começarão amanhã a desocupação da Ilha do Bananal em cumprimento à Portaria 1081/90 do presidente da Fundação Nacional do Índio, Cândido Guerreiros Guimarães. Todos os usuários que ocupam ilegalmente o Parque Indígena do Araguaia serão obrigados a se retirar em um prazo de 30 dias, a partir da data da notificação e remover seus pertences sob pena de serem incorporados ao patrimônio indígena.

Desde o mês de junho deste ano, por força de uma ordem de serviço, a 6ª Superintendência Executiva Regional da Funai proibiu aos usuários e à população fixa da Ilha do Bananal desenvolverem qualquer tipo de atividade exploratória ou reforma das benfeitorias existentes. Ontem, a fundação publicou na imprensa uma nota comunicando a desocupação total do parque indígena, que deverá ser concluída o mais rápido possível, conforme prometeu o supe-

rintendente regional, Amilton Gerônimo de Figueiredo.

Para a execução do trabalho de desocupação, que já começou com o cadastramento de 1 mil 221 usuários até agora, a Funai empregará 30 dos seus funcionários e 4 agentes federais, podendo aumentar esse contingente, caso haja necessidade. Segundo o superintendente regional da Funai, o trabalho de conscientização para a retirada foi iniciado há alguns meses e

hoje os ocupantes demonstram boa receptividade à ordem de abandonar a ilha.

SEM TERRA

A Ilha do Bananal, atualmente, conforme dados da Funai, está ocupada por uma população de 7 mil 300 pessoas, entre usuários temporários - fazendeiros e industriais que utilizam os pastos durante a seca para a alimentação dos rebanhos bovinos - e moradores

que subsistem com pequenas lavouras, criatórios e da pesca. Estes últimos representam 80% do total, estão localizados, em sua maioria, nos povoados de Porto Piauí e Porto do Piqui e estarão, dentro de alguns dias, sem um lugar para onde ir, "criando um grave problema", como admite o superintendente regional da Funai. Ele chama a atenção dos órgãos fundiários estadual e federal para que comecem a viabilizar uma solução de assentamento.

A Ilha do Bananal é ocupada pelas tribos Javaé, Carajá e Itapirapé abrigando 2 mil 720 indígenas que durante os últimos 30 anos vêm disputando com a população branca uma área de 1 milhão 395 hectares. As glebas da ilha estão cercadas por 1 mil 666 quilômetros de cerca e têm mais de 72 mil metros quadrados de construções que deverão ser removidas ou abandonadas onde estão.

Repressão à caça e pesca ilegais

A Superintendência Regional da Funai apreendeu cerca de três mil quilos de peixes, dezenas de cascos de tartaruga, couro de jacaré, veado e tatu, bicos de tucano e galhadas de cervo no Parque Indígena do Araguaia, na Ilha do Bananal, durante o mês de outubro e parte de novembro. Os animais, capturados ilegalmente, estavam com comerciantes de Anápolis, Formoso, Nerópolis e Goiânia que aproveitam a seca do Rio Javaé para entrar clandestinamente na ilha. Os produtos alimentícios foram distribuídos na Casa do Índio de Gurupi e nas aldeias do Parque, e os infratores multados.

A fiscalização na Ilha do Bananal vem sendo realizada desde maio último por 25 funcionários da Funai, com apoio de equipes da Polícia Federal, que se locomovem pela reserva utilizando veículos, barcos, cavalos, ou mesmo caminhando, nos locais de mais difícil acesso. O chefe da Divisão do Patrimônio Indígena, Hélio da Silva Madalena, que acompanha a operação, admite entretanto que nesta época torna-se quase impossível impedir a entrada dos predadores, pois o Rio Javaé fica praticamente seco na maior parte de sua extensão. Ele margeia a Ilha em 360 quilômetros, e com a baixa das águas dá passagem a veículos em vários pontos, complicando o trabalho de fiscalização. Por isso, os agentes são obrigados a tentar o flagrante diretamente nos rios internos do Parque, que formam lagos no período de seca, propícios para a pesca.

Entre o material apreendido, afirma Hélio Madalena, havia pelo menos seis couros de jacaré, sete galhadas de cervo - de grande valor comercial para colecionadores do Centro-Sul, além de bicos de tucano, que os depredadores alegam serem empregados para curar pneumonia. Como nesta época do ano não há entrada de gado no Parque Indígena, a atuação da Funai na área está mais voltada para proteção do patrimônio natural, e concentrada nas imediações da aldeia de Canoaná.

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte:

O Popular

Class.:

321

Data:

25.11.90

Pg.: